

Carta aberta do Clube de Engenharia do Brasil sobre Redes de Satélite no Brasil

A propósito de matéria do O Globo de 17/03/2025, página 11, A Disputa Vem do Espaço, sobre a proliferação de redes satelitais no país, sua importância e aplicação em regiões de vastas áreas de precário atendimento, o Clube de Engenharia do Brasil vem se posicionando favoravelmente a utilização dessa infraestrutura.

Acompanhamos o projeto de fabricação do SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações) e de seu lançamento em 2017. Em setembro do mesmo ano, estivemos em audiência pública no Senado Federal, e defendemos que o projeto original de sua utilização para uso das Forças Armadas, áreas governamentais e atendimento social de áreas desassistidas fosse mantido. Optou-se por uma exploração comercial entregue a uma operadora americana, a Viasat. Conforme mencionou O Globo na matéria acima, continuamos atualmente com cerca de 29 milhões de pessoas sem acesso à internet, de acordo com pesquisa TIC Domicílios do Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI.br).

Em 2022, foi dada autorização pelo Ministério das Comunicações (MCom) para que a Starlink iniciasse seu oferecimento comercial de acessos no Brasil em sua constelação de satélites de baixa órbita (LEO). No periódico Clube de Engenharia em Revista, de setembro de 2023, abordamos o tema com o título 5G Via Satélite: Novo Acesso Complementa a Rede Terrestre, onde finalizávamos:

Dessa maneira, recomenda-se que desde já o Ministério das Comunicações e a Anatel se debrucem sobre o assunto, e estabeleçam as normas de atuação desses conglomerados que prestam serviços públicos satelitais diretos aos usuários em nosso país, de forma que a sociedade brasileira possa usufruir desses avanços de tecnologia mantendo o interesse do desenvolvimento e soberania nacionais.

Nas recentes divergências entre a rede social X e o Supremo Tribunal Federal (STF), que também envolveu a Starlink, ficou evidenciada a necessidade do estabelecimento de regras mais claras de atuação a serem seguidas. A Coalizão Direitos na Rede (CDR), entidade da sociedade civil que integra mais de 60 organizações que têm interesse no desenvolvimento da internet, chegou a escrever:

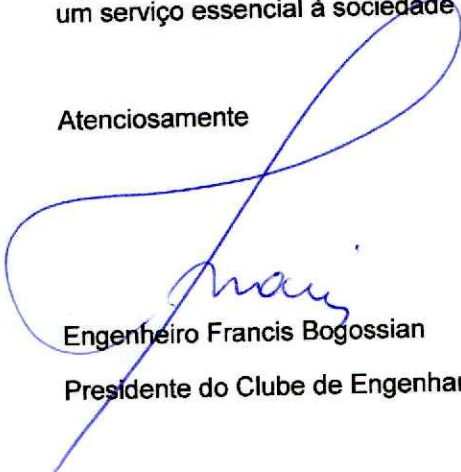
A situação é alarmante: o Brasil não possui uma política nacional articulada de inclusão digital, há uma lacuna de oferta de conectividade em diversos territórios do país, e uma dependência tecnológica de empresas estrangeiras, constituindo uma barreira à garantia dos direitos fundamentais.

Órgãos públicos, do governo federal como o Exército, Marinha, os ministérios da saúde, educação, além da Petrobras, Funai, UFAM (Universidade do Amazonas), que também fazem uso da tecnologia oferecida pela Starlink, acabam expostos e suscetíveis às políticas da empresa.

Acrescente-se a isso, a possibilidade, já em teste e em vias de se tornar um padrão internacional, de se ter um acesso direto do satélite aos telefones celulares dos usuários, criando o oferecimento inédito de um serviço celular, baseado numa constelação de satélites com controle operacional fora do País, independente das operadoras regionais, sem eventualmente incorporar regras locais.

Dessa maneira, ratificamos a necessidade de discussão, elaboração de iniciativas e o estabelecimento de normas e padrões de atuação aos diversos interessados na prestação deste serviço público, conforme a Constituição de 1988, no Brasil. O objetivo é dar transparência e regramento ao tema, mantendo nossa soberania sobre a prestação, manutenção e continuidade de um serviço essencial à sociedade brasileira.

Atenciosamente



Engenheiro Francis Bogossian

Presidente do Clube de Engenharia do Brasil